



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade

COMUNICAÇÃO INTERNA N. SCC/SEPEOC 001/2021

Referência: Análise de demonstrações. Direcional Gestão de Serviços Eireli.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2021.

Ao Senhor

LEONARDO DE MATOS FIGUEIREDO

Secretário de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade, em exercício

Escopo

A presente análise reporta-se a solicitação advinda da SELC e abrange os critérios de qualificação econômico-financeira constantes do item 7.7 do Edital (documento enviado por email).

Os demonstrativos utilizados foram o balanço patrimonial (BP) e demonstração de resultado do exercício (DRE), relativos ao exercício financeiro de 2019 (documentação enviada pela SELC por email).

Aspectos Legais

As demonstrações apresentam o recibo de entrega da escrituração digital com a identificação e assinatura digital do procurador da pessoa jurídica e do contador responsável. Ambos apresentam certificado digital válido e o contador encontra-se ativo junto ao site do Conselho Regional de Contabilidade/MG (disponível em <https://www.crcmg.org.br>, opção Acesso Público/Consulta Cadastral).

Acompanham as demonstrações o termo de abertura e encerramento. A confirmação do recebimento do arquivo da ECD foi efetuada em recibo de entrega de escrituração contábil digital, o que dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

Certidão Negativa de Falência

A empresa apresentou a certidão de NADA CONSTA, da qual verificamos a autenticidade em 21/01/2021 em www.tjmg.jus.br/certidão_judicial/autenticidade_da_certidão/autenticação_2.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade

Indicadores de Liquidez

O cálculo de índices apresentado pela pregoeira encontra-se correto. Em nossos cálculos encontramos os mesmos valores:

- Liquidez Geral (LG) = 1,43;
- Liquidez Corrente (LC) = 1,83;
- Solvência Geral (SG) = 1,45.

Cabe mencionar que a DRE da empresa não está em plena conformidade com a estrutura de apresentação aplicável a este tipo de demonstrativo, segundo os padrões estabelecidos pelas entidades responsáveis (Conselho Federal de Contabilidade, Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Entretanto, para os fins da presente análise não houve prejuízo, tendo sido possível identificar as contas necessárias e seus respectivos montantes.

Capital Circulante Líquido (CCL) / Patrimônio Líquido (PL)

Fizemos os cálculos e constatamos que, em relação ao valor estimado da contratação, o CCL representa 32,4% e o patrimônio líquido 22,6%.

Contratos firmados x patrimônio líquido

A empresa procurou demonstrar que o patrimônio líquido é superior a um doze avos do volume financeiro dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou iniciativa privada.

No cálculo a empresa multiplica o valor do PL por 12 e divide esse resultado pelo valor total dos contratos, obtendo um índice igual a 1,79. Esse resultado indica que o PL é 1,79 vezes maior que um doze avos do valor total dos contratos firmados, estando atendida a condição do item 7.7.9 do edital.

Ressalvamos aqui o fato de que a declaração de contratos apresentada possui uma coluna de nome “valor total do contrato” e outra de nome “valor real”. A empresa utilizou os valores da primeira coluna. Não há no documento alguma explicação acerca da opção pelo uso desse montante, bem como para a existência da coluna “valor real”.

Ressalvamos também que o item 7.7.9 do edital menciona que a declaração deve apresentar os contratos firmados “vigentes na data da apresentação da proposta”. Na declaração constante da documentação enviada para análise consta 15/01/2021 como data de atualização. Não há informação se essa é a data da apresentação da proposta. Submetemos essa questão à análise da SELC.

Contratos firmados x Receita Bruta da DRE

Em relação ao disposto no item 7.7.9.2 do edital, a empresa relatou as causas para a diferença verificada entre o valor da receita bruta de 2019 e o volume financeiro da relação de compromissos assumidos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade

A diferença apurada pela empresa foi de 18,37% e se refere, em linhas gerais segundo a mesma, à movimentação relacionada à assunção e supressão/encerramento de compromissos ao longo dos anos envolvidos, 2019/2020.

Há que se ressaltar que a receita bruta da DRE referente a 2019 refere-se à receita auferida durante o decurso de tempo de todo o ano civil de 2019 enquanto a relação de compromissos refere-se ao volume financeiro dos contratos em vigor na data de 15 de janeiro de 2021.

Em nossos cálculos encontramos o mesmo valor de 18,37% de variação, usando a fórmula: $(\text{Receita Bruta da DRE} - \text{Valor da Declaração}) / \text{Receita Bruta}$.

Entretanto, considerando o disposto no item 7.7.9.2 do edital, ficamos em dúvida se essa é a metodologia de cálculo correta.

O item menciona: diferença “entre o valor total constante na declaração ... e a receita bruta”. Assim, levantamos a hipótese de que a fórmula poderia ser: $(\text{Valor da Declaração} - \text{Receita Bruta da DRE}) / \text{Valor da Declaração}$. Neste caso, a variação seria negativa no valor de 22,51%.

Atenciosamente,

JUAREZ P. COSTA

Seção de Contabilidade e Custos/SEPEOC

De acordo,

LEONARDO DE MATOS FIGUEIREDO

Secretário de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade, em exercício